



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL
DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA TOMANDO COMO REFERÊNCIA O ENSINO
REMOTO EMERGENCIAL (ERE)**

**Campina Grande-PB
2021**

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL
DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA TOMANDO COMO REFERÊNCIA O ENSINO
REMOTO EMERGENCIAL (ERE)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório) apresentado a Coordenação/Departamento do Curso de Licenciatura em Geografia –EAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo

**Campina Grande-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729i Souza, Francisco Jose de.

A importância do estágio supervisionado na formação inicial do professor de geografia tomando como referência o ensino remoto emergencial (ERE) [manuscrito] / Francisco Jose de Souza. - 2021.

38 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Ensino de Geografia. 2. Ensino Remoto. 3. Evasão Escolar. 4. Estágio supervisionado. I. Título

21. ed. CDD 372.891

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL
DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA TOMANDO COMO REFERÊNCIA O ENSINO
REMOTO EMERGENCIAL (ERE)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório) apresentado a Coordenação/Departamento do Curso de Licenciatura em Geografia-EAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

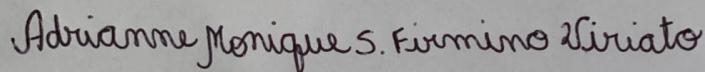
Área de concentração: Educação.

Aprovado em: 18 / 11 / 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Especialista Adrianne Monique Silva Firmino Viriato
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Joana D'arc Araújo Ferreira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“E peço isto: que o vosso amor cresça ainda mais e mais em ciência e em todo o conhecimento” (Filipenses 1:9)

AGRADECIMENTOS

À professora Adrienne Monique, por ter sido um anjo numa fala simples e breve, num momento difícil da minha vida em que pensei abandonar o curso, estando em depressão, após acabar meu casamento, ter falecido o meu genro e a minha ex-sogra e, ainda, ter sido assassinado um grande amigo, tudo isso num curto intervalo de tempo de três meses, além de estar dentro de casa durante a famigerada pandemia do COVID-19.

À professora Josandra Araújo Barreto de Melo, pelo apoio e a disponibilidade sempre presentes e por coordenar a maravilhosa equipe de professores deste curso.

Á todo o corpo docente do Curso de Geografia EAD da UEPB, em especial a professora Maria Marta dos Santos Buriti e Joana D'arc Araújo Ferreira, a primeira pela competência e elevada capacidade de trabalho, demonstrada no decorrer do curso e a segunda pela espontaneidade e disposição em sempre ajudar, ambas com muita graciosidade.

Ao meu pai (*in memoriam*), pelos bons exemplos de respeito, educação, disciplina e ética que sempre trago e transmito a todos a quem posso.

Á minha mãe pela minha vida e pelo amor infindável.

RESUMO

Este trabalho aborda a importância do estágio para a formação inicial e construção da identidade do Professor de Geografia. Por conta da pandemia provocada pelo vírus SARS COV-2 (COVID 19), para que houvesse uma continuidade das aulas nos anos de 2020 e 2021, as Secretarias de Educação de todo o país passaram a fazer uso de diversas estratégias para poder proporcionar aos alunos da educação básica, o acesso às aulas e a continuidade do ano letivo, de forma a não causar mais prejuízos que os já trazidos pela própria pandemia. Coincidentemente, foi nesse mesmo período que foi realizado o Estágio Supervisionado III, componente obrigatório do Curso de Licenciatura em Geografia, UEPB, que prevê a vivência efetiva dos futuros professores no ambiente escolar, na modalidade regência de sala de aula. Dessa forma, o estágio que seria realizado na forma presencial, foi realizado em sala de aula remota. Mediante o exposto, o presente trabalho tem como objetivos avaliar a experiência formativa proporcionada pelo estágio supervisionado, que foi realizado em contexto novo, promovido pela incorporação do Ensino Remoto Emergencial – ERE ao ensino. Diante de todas as vivências do período, além da experiência no que concerne a necessidade do futuro professor dominar o conteúdo e as tecnologias para poder dar as suas aulas, também ficou constatada a necessidade de incentivar as famílias para participar da educação de seus filhos, já que o ensino remoto permite verificar um esvaziamento das salas de aula e até mesmo a evasão escolar, motivada pela falta de acesso aos equipamentos e ao sinal da internet, quanto pela pouca importância dada ao ensino pelos alunos, o que parece refletir a pouca importância dada à educação pelas famílias brasileiras, das classes menos favorecidas. Adicionalmente, se fazem necessárias políticas públicas para os investimentos em pessoal especializado, que venha mobilizar as coordenações pedagógicas das escolas, bem como a capacitação dos quadros já existentes e investimentos nas estruturas e equipamentos que permitam aos alunos e escolas o acesso a conexões rápidas de internet.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Ensino de Geografia. Ensino Remoto. Evasão Escolar.

ABSTRACT

This work approaches the importance of the internship for the initial formation and construction of the Geography Teacher's identity. Due to the pandemic caused by the SARS virus COV-2 (COVID 19), so that there was a continuity of classes in the years 2020 and 2021, the Departments of Education across the country started to use various strategies to be able to provide students basic education, access to classes and continuity of the school year, so as not to cause more damage than those already brought about by the pandemic itself. Coincidentally, it was in this same period that the Supervised Internship III was held, a mandatory component of the Degree in Geography Course, UEPB, which provides for the effective experience of future teachers in the school environment, in the classroom regency mode. Thus, the internship, which would be carried out in person, was carried out in a remote classroom. Based on the above, the present work aims to evaluate the training experience provided by the supervised internship, which was carried out in a new context, promoted by the incorporation of Remote Emergency Teaching – ERE to teaching. Given all the experiences of the period, in addition to the experience regarding the need for the future teacher to master the content and technologies to be able to teach their classes, the need to encourage families to participate in their children's education was also observed. that remote learning allows verifying an emptying of classrooms and even truancy, motivated by the lack of access to equipment and the internet signal, as well as the little importance given to teaching by students, which seems to reflect the little importance given education by Brazilian families, from the less favored classes. In addition, public policies are needed for investments in specialized personnel, who will mobilize the pedagogical coordination of schools, as well as the training of existing staff and investments in structures and equipment that allow students and schools to access fast internet connections .

Keywords: Supervised Internship. Teaching Geography. Remote Teaching. School Dropout.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	10
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 – A importância do estágio supervisionado para a formação docente	14
2.2 – Base Nacional Comum Curricular e o ensino de Geografia nos anos finais do fundamental	17
2.3 – O ensino remoto: desafios e possibilidades para o ensino de geografia.....	22
3 – METODOLOGIA	28
4 – O ESTÁGIO DE REGÊNCIA EM GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 – Caracterização do espaço escolar	29
4.2 – Atividades de regência	33
5 – CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES GERAIS	35
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

Em substituição ao estágio presencial, inicialmente previsto na grade curricular do Curso de Licenciatura em Geografia, como etapa obrigatória para a conclusão do citado curso, o Estágio Supervisionado III, ora analisado, foi realizado a partir experiências em aulas remotas, realizadas a partir do uso de plataformas e aplicativos gratuitos disponíveis na internet, a exemplo dos canais do YouTube e aplicativos de mensagens instantâneas, como o whatsapp.

O problema abordado neste trabalho surgiu mediante a observação das aulas do professor regente titular, que me permitiu auxiliá-lo e observá-lo nas suas experiências de aulas remotas realizadas no período de 5 de abril a 15 de junho de 2021, para turmas de 7ª Série do Ensino Fundamental II e aulas observadas de grupo virtual de alunos do 2º e 3º ano do nível médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando 226 alunos, sendo 131 do sexo feminino e 95 do sexo masculino, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Otávio Novais, localizada em João Pessoa, Paraíba.

Na ocasião foi possível observar as dificuldades, ganhos, perdas e oportunidades de melhorias no processo educacional, nesse momento ímpar vivido pela escola pública, fato este que exige manifestações e iniciativas da comunidade escolar para abordar pautas que visem envolver a classe política nas mudanças necessárias para apoiar as famílias mais carentes ao socorro dos seus filhos, para se alcançar ganhos expressivos na qualidade educacional, uma vez que a realidade da educação pública se agravou na modalidade remota, onde a evasão escolar passou a ser gritante, com poucos alunos acompanhando as aulas.

Cabe ressaltar que, embora se objetive o envolvimento das famílias na educação dos filhos, também é sabido e muito importante lembrar das dificuldades peculiares que cada família pobre enfrenta para a própria sobrevivência e conseqüentemente, em virtude dessas individualidades, a situação ideal apontada por este trabalho poderá nunca ser atingida em virtude da severa escassez de recursos financeiros, alimentação, bem estar, moradia, saúde e inclusão digital, entre outros.

Nesta situação, justifica-se que o poder público não continue omissos com as pessoas que dependem da rede pública de ensino e estenda esse apoio para além desse momento de distanciamento social, podendo viabilizar a participação dos alunos e também das famílias nesse processo de ensino remoto, de modo a minimizar o prejuízo para o letramento dos alunos, sendo este um fato já apontado, pela doutora Mariana Giorgion, que em entrevista no canal UNIVESP, afirmou:

A distância dos alunos da escola é a principal causa da dificuldade de aletramento e uma vez estando os pais, também, distantes da escola essas dificuldades se agravam, por que a escola tem na família o subsídio da menção histórica da criança, sendo esse um conhecimento fundamental para que os professores, mesmo antes de aplicar qualquer teoria educacional, determine o modo de dar atenção e estabeleça a relação correta com o aluno.

O entendimento da necessidade de participação das famílias é no sentido de colaboração com a escola, sobretudo num momento em que o aluno é privado de desfrutar das dependências e atendimento próprio da escola/professores, ficando ao encargo das famílias dar sequência ao trabalho desenvolvido naquela instituição pelos professores.

Alcançar o ideal nível de relacionamento afetivo das famílias com a escola seria apropriar-se de uma forte e insubstituível aliada para os esforços dos professores que há muito já realizam um trabalho nobre e incansável, apesar de pouco remunerado, no fazer e no acontecer da educação pública. Esse objetivo parece mais distante de ser alcançado com a situação vivida hoje, no entanto essa grave situação certamente será modificada mediante a persistência nos trabalhos e o apoio da classe política.

A metodologia utilizada para desenvolver essas anotações acerca da atual situação da educação foi a observação, com o fito de sentir a realidade mais abrangente e dramática que se encontra os nossos alunos da rede pública de ensino.

Mediante o exposto sobre o cenário educacional neste tempo de pandemia, o presente trabalho tem como objetivos avaliar a experiência formativa proporcionada pelo estágio supervisionado para a formação inicial em Geografia, estágio este que foi realizado em contexto novo, promovido pela incorporação do Ensino Remoto Emergencial – ERE à realidade escolar.

A sua justificativa advém das vivências do período que, além da experiência no que concerne a necessidade do futuro professor dominar o conteúdo e as tecnologias para poder dar as suas aulas, também ficou constatada a necessidade de incentivar as famílias para participar da educação de seus filhos, já que o ensino remoto permite verificar um esvaziamento das salas de aula e até mesmo a evasão escolar, motivada pela falta de acesso aos equipamentos e ao sinal da internet, quanto pela pouca importância dada ao ensino pelos alunos, o que parece refletir a pouca importância dada à educação pelas famílias brasileiras, das classes menos favorecidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A importância do Estágio Supervisionado para a formação docente

O contato com uma nova e desconhecida situação remonta a uma mistura de emoções como o medo, a ansiedade e uma certa euforia, estando presentes nessa embalagem emocional os sentimentos de satisfação e realização e é assim que ocorre com o estágio.

Sabe-se que do outro lado que, dentro dos muros da escola, estarão pessoas e profissionais a esperar com variadas perspectivas o bom desempenho do estagiário e, de muitas formas, essas pessoas contribuirão nessa oportunidade de vivência, estudos e pesquisas. Assim que está descrito o estágio curricular no site da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB):

Estágio é definido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso. Pode ser obrigatório ou não. Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. No caso de estágio obrigatório a concedente não é obrigada a arcar com pagamento de benefícios. Neste caso a UEPB arca com as despesas de seguro. Estágio não obrigatório ou eletivo é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. A concedente é obrigada a pagar benefícios como bolsa, auxílio transporte, seguro contra acidentes de trabalho e férias proporcionais remuneradas ao estagiário.

O estágio curricular no universo da licenciatura em Geografia não foge aos objetivos das demais áreas de conhecimento, o que resulta naturalmente no desenvolvimento de habilidades e hábitos para melhores atitudes do estagiário. Então, o estágio é uma fase indispensável, oportuna e enriquecedora de conhecimentos e experiências. É o momento de acomodar o espírito para os desafios do campo da licenciatura, momento de conhecer, tocar e sentir, pela primeira vez e no primeiro momento, o que realmente é ser professor e o quanto grau de abnegação pode ser exigido para atingir esses objetivos, além de configurar num momento inesquecível. Já afirmam Silva e Melo (2014, p. 5) que “o estágio propicia o desenvolvimento de um novo olhar em relação a forma de ensino”. É mister afirmar que esse novo olhar despertado para a forma de ensino envolve uma série de fatores que circulam e interferem bruscamente nas atitudes e comportamentos do estagiário.

É quase cultural o desprezo que os vários governos das três esferas públicas vem promovendo, ao longo do tempo, para contribuir com a situação degradante da educação no Brasil, sendo esta uma situação que resiste às reivindicantes lutas de classes. De norte a sul

do país, em piores ou um pouco piores condições, as escolas e seus quadros profissionais vem praticamente fazendo malabarismos para dar uma melhor recepção e proporcionar um melhor desenvolvimento aos alunos. Porém, no cenário geral, é observável o despreparo de alguns professores, sendo este aspecto parte da histórica ineficiência educacional, que gera profissionais funcionalmente deficientes, uma deficiência que perdura ao longo do tempo como num ciclo vicioso.

O período do estágio curricular na formação do professor de Geografia consubstancia-se numa atmosfera plena de exigências de capacidades técnicas e criativas para o futuro licenciado, principalmente no tocante a forma de ensinar, sendo constatadas críticas de que os alunos limitam-se a decorar nomes de rios, nomes de capitais, etc. O estagiário deve buscar novas formas de abordagem dos temas, sem desprezar os recursos já em uso, a exemplo do mapa, uma vez que grande parte dos alunos são incapazes de localizar continentes e países observando esse meio de instrução, ou seja, o uso do mapa jamais deve ser desprezado, porém deve ser usado com apoio de outros recursos tecnológicos.

No momento do estágio, o formando encontra-se dentro de um laboratório e a esse mesmo tempo tem, também, em seu poder as variáveis e fixas nuances que dão vida ao ambiente escolar onde, ele como ator deste cenário, iniciante e desconhecido, poderá praticar formas de melhor se qualificar buscando se orientar e interagir com os professores mais antigos, buscar informações com os colaboradores da escola e, por fim, encontrar uma linguagem e comportamento adequados para realizar a aproximação com os alunos.

No tocante ao contexto teórico prático para o ensino, já bastante discutida ao longo de décadas, Amélia Hamze escreveu no site Brasil Escola:

Quando o docente se apropria do conhecimento e se beneficia das contribuições teóricas referentes às compreensões de aprendizagem, escolhe as melhores formas de trabalhar, vence as dificuldades e vê com clareza as novas possibilidades de uma atuação com qualidade. Assim sendo, as probabilidades de reflexão e crítica sobre as práticas docentes surgem com maior coerência.

Então, conforme a autora, a prática do ensino não terá os resultados esperados e nem será efetiva, caso o formando não tenha se apropriado adequadamente do conhecimento recebido por meio das teorias transmitidas nos bancos acadêmicos. Dessa colocação, podemos destacar a importância da teoria antes da prática e do enriquecimento do conhecimento após a prática que passa a se acumular, ou seja, a contribuição satisfatória da prática para o aprimoramento do profissional de ensino é um resultado da relação direta da capacidade de assimilação do conhecimento e do seu desempenho prático no ambiente

escolar. Escolher as melhores formas de trabalhar e vencer as dificuldades só é possível para aqueles que alcançarem um satisfatório grau intelectual para ver com clareza as várias possibilidades para uma atuação com desenvoltura, que permita flexibilidade e superação.

Amélia Hamze ainda faz a colocação da necessidade da autocrítica e da autoavaliação do formando, futuro professor quando diz:

O desafio fundamental para o profissional da educação é distinguir e compreender as teorias subentendidas na sua própria prática e, originar condições para que diante das teorias, modifique seus pontos de vista, atitudes, posturas e atuação no exercício educacional.

Naturalmente, a prática requer do estagiário espírito de iniciativa, envolvimento, audácia, criatividade, abnegação e entusiasmo para se alcançar um resultado eficiente, conforme cita a autora, modificando sempre que necessário os pontos de vista, atitudes, posturas e o modo de atuação. Para chegar a um resultado prático eficiente serão necessárias mudanças, criatividades e adaptações nas atitudes e posturas do estagiário, respeitando os limites para aplicar essas mudanças, sem muito fugir do campo teórico, por outro lado é fundamental conhecer as normas como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para se guiar na execução dos processos educacionais, concretizando na prática da vivência escolar os resultados de todo um trabalho democrático para a formação dos futuros cidadãos.

Finalmente, é de suma importância para o estagiário o apoio e as orientações dos professores mais experientes, bem como o apoio dos colaboradores e pessoas envolvidas com o processo de aprendizagem. A partir dessa interação, haverá mais e melhores condições para o desenvolvimento das habilidades.

2.2. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Geografia nos anos finais do Fundamental

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Portaria nº 1.570, de 21 de dezembro de 2017, que estabelece uma base curricular comum para a educação básica é produto de várias mudanças observadas nas Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases, de 2013. A BNCC define-se no seu próprio texto como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das

etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Sobre a organização da BNCC, Mustafé (2019, p. 39) esclarece que o princípio de acumulação do conhecimento é aplicado de forma progressiva, obedecendo a evolução natural dos alunos.

A BNCC é estruturada numa perspectiva de construção progressiva do conhecimento, respeitando a evolução cognitiva dos alunos ao longo dos respectivos anos do Ensino Fundamental. Para que este propósito possa ser alcançado, o documento é organizado em determinadas unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades para cada ano do Ensino Fundamental.

Fazendo uma abordagem no tocante ao ensino de Geografia, onde já temos uma série de normatizações publicadas ao longo do tempo, a exemplo da própria BNCC e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, que trouxeram as primeiras reformas para o ensino na educação brasileira. Girotto (2017, p. 2) observa:

Há que se ressaltar que a comunidade geográfica brasileira composta por professores e alunos dos diferentes níveis da educação e materializada, por exemplo, na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), têm se mostrado, historicamente, combativa no que se refere à aceitação de propostas curriculares de ensino de geografia feitas desde uma lógica centralizadora, sem a participação ampla e contínua dos diferentes sujeitos no processo de elaboração e implementação

Mais uma vez, pode-se notar que há uma preocupação por parte da sociedade e, neste caso específico, foi a AGB manifestando-se em não aceitar a imposição do Estado ou de grupos isolados quando se trata de normas reguladoras do ensino. Há coerência nessa postura diante do enunciado no artigo nº 205 da Constituição Federal e deste entendimento é que ocorreram debates sobre a construção do novo currículo, onde a “AGB desempenhou um importante papel no processo de elaboração dos PCNs” como bem lembra Girotto (2017, p. 12)

Questionava-se o seu processo de elaboração que dispensou a participação dos professores e da sociedade civil organizada através de suas entidades representativas; questionava-se também a determinação de currículo centralizados e hegemônicos que desrespeitavam as singularidades e diversidades regionais, que desrespeitava, o professor na medida em que se desconsideravam suas experiências, os seus saberes acumulados na vivência cotidiana...

Observa-se que no primeiro momento político na busca de padronizar e modernizar a forma de ensino no âmbito do território brasileiro, o poder público excluiu os atores mais interessados nesse tema que são os professores, as entidades representativas da sociedade

civil, além de não considerar ou valorizar o professor. Desse fato indesejável, o que se constata é o descumprimento inconstitucional do amplo debate, para se alcançar o fim proposto na BNCC. Portela (2018, p. 51) destaca que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais representaram uma orientação para o ensino que favorecia a temática da cidadania e voltava-se para o aprendizado a partir da vida cotidiana. Tal orientação acontecia com vistas à aquisição de saberes das ciências aplicadas à realidade escolar, mas com a perspectiva interdisciplinar, o que se configurara como algo inovador

Foi necessário e oportuno o estabelecimento dos PCNs, uma vez que trouxeram a escola para uma realidade mais próxima da que vive os alunos e, por ser algo inovador, não poderia deixar de sugerir a interdisciplinaridade das matérias. A escola naquele momento passou a se dedicar ao conhecimento do cotidiano dos alunos e da comunidade onde estava inserida. Observa-se o intuito de inserir a comunidade escolar de forma mais categórica no processo de formação do cidadão, nesse universo também inserida a família. Portela (2018, p. 51) ainda destaca que no tocante a Geografia nos PCNs:

Ela aparece como disciplina a partir do Ensino Fundamental: nos quatro primeiros anos, em associação com a disciplina de História, e nos outros quatro anos, a Geografia seguiu mais independente. Já no Ensino Médio, ela faria parte das Ciências Humanas. Essa divisão permaneceu até a lei no 7, de 14 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos.

Em qualquer interação humana estamos sempre relacionando os fatos aos vários lugares onde ocorreram, sejam fatos históricos ou fatos climatológicos, sejam acidentes geográficos, etc, não importando a natureza do acontecimento sempre haverá a localização de onde houve a ocorrência para facilitar o entendimento, esse natural raciocínio possivelmente tenha colaborado para as primeiras normas educacionais unificarem o ensino de geografia ao ensino de história numa só disciplina, de maneira que possa trazer uma melhor construção do pensamento dos alunos das séries iniciais. Evoluções e progressos ocorreram ao longo do tempo até a elaboração da atual BNCC, porém há o reconhecimento de que os PCNs serviram e ainda servem de guia para nortear muitas escolas no país.

Tratando-se especificamente do ensino de Geografia nos anos finais do ensino fundamental, Mustafé (2019, p. 24 e 25) afirma que:

A Geografia apresentada na BNCC do Ensino Fundamental trabalha em uma perspectiva que enfatiza a importância do pensamento espacial para a formação do aluno nesta etapa da escolarização. Para tanto, o documento traz uma concepção de raciocínio geográfico como instrumento necessário para levar os alunos a pensarem espacialmente....

A passagem dos Anos Iniciais para os Anos finais do Ensino Fundamental continua numa perspectiva de progressão na assimilação dos conteúdos, tendo em vista as transformações psíquicas, emocionais e cognitivas pelas quais passam os estudantes nesta etapa da escolarização. A partir do 6º ano do Ensino Fundamental,

o aluno amplia sua visão de mundo, passando, assim, a considerar-se, no documento, não apenas suas relações imediatas, estabelecidas nas proximidades de seus lugares de vivência e experiências pessoais, mas em sua relação com o mundo e a sociedade. Ocorre, portanto, um aumento de escala em relação aos assuntos tratados nos objetos de conhecimento, habilidades e unidades temáticas da Geografia na BNCC, para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

O autor demonstra que a realidade da retenção do aprendizado nos adolescentes se torna mais ampla, uma vez que as capacidades psicoemocionais estão mais desenvolvidas e eles já estão capacitados a ter uma visão bem maior de localização, espaço e acontecimentos. A ciência geográfica fica melhor definida em seus pensamentos nessa fase onde não se ver apenas ruas e cidades, mas a noção de países e continentes será bem processada, ou seja, como diz o autor, ocorre uma “progressividade” no raciocínio e na memorização do aluno. Contudo, o autor deixa claro a sua crítica quanto a complexidade que a BNCC estabelece no tocante aos objetivos a serem alcançados no ensino de Geografia sem, no entanto, estabelecer uma grade curricular compatível para o alcance do que se deseja:

A proposta para o ensino de Geografia expressa na BNCC do Ensino Fundamental possui, de fato, algumas possibilidades para a educação geográfica. No entanto, a complexidade da forma de raciocínio geográfico que o documento propõe, principalmente para os Anos Finais, talvez só seja realmente passível de ser efetivada a partir de um arcabouço teórico mais aprofundado que os dos conteúdos e temas disponibilizados para os alunos desta fase. ...

Faz-se necessário a construção de um pensamento substancialmente geográfico, bem fundamentado nos conceitos de base desta ciência, para que o aluno compreenda as complexas relações entre as diferentes escalas nos fenômenos que se apresentam em um cotidiano que tornou-se simultaneamente local, regional e global. Tudo isso, evidentemente, desenvolvido a partir dos conteúdos e temas específicos para os anos do Ensino Fundamental.

Analisando essa colocação de Mustafé, conclui-se que há necessidade de que a base se aprofunde mais das teorias da ciência geográfica para que viabilize o alcance do objetivo estabelecido, pois da forma como está hoje existem limitações nos conteúdos e temas apresentados e isso limita o entendimento do aluno.

Ele ainda afirma que “o que se constata são insatisfações, tanto das alas mais conservadoras como das progressistas entre o pensamento educacional” O ensinamento que resta dessa citação é que existem muitas arestas no conteúdo da BNCC quando analisada por profissionais de classe, mais especificamente quando tendo estes profissionais visões e posicionamentos políticos divergentes. A equipe que elaborou a BNCC teve a clara intenção de tornar o ensino nacional nivelado em todos os rincões do país, contudo face o apanhamento desses depoimentos, podemos perceber que há espaço para possíveis debates futuros que promovam uma revisão de atualização.

Não é objetivo deste relatório criticar ou elogiar a BNCC e sim trazer como exemplo esses pontos de vistas diferentes para que outros possíveis interessados se aprofundem, pois é

um tema que exige um estudo aprofundado que, possivelmente, venha propor abrangência de conhecimentos aos alunos e enriquecer o conteúdo dos planos de aulas.

Da forma como foi realizado o presente estágio neste período de pandemia, com aulas síncronas praticamente inexistentes e com contato suprimido no ambiente escolar, a conclusão que se encerra é que o nível dos conteúdos de aulas apresentados durante o estágio, quando comparados com o nível situacional dos alunos, estão satisfatórios, já que a conjuntura social dos alunos, na maioria dos casos, os exclui de uma maior possibilidade de aproveitamento das aulas, uma vez que a maioria não tem internet de boa qualidade.

Também ficou observado no estágio que os conteúdos ministrados nas aulas remotas está em harmonia com o que o professor pode cobrar nos resultados das avaliações dos alunos, em decorrência das limitações de recursos já mencionadas, o que remete à necessidade de maiores investimentos na educação, a partir da inclusão digital.

Contudo, o autor busca em seu artigo um nível do que seria o ideal de aulas com “arcabouços teóricos” mais abrangentes dos assuntos, então, além da BNCC, acredito que outros setores de governos, diferentes do Ministério e das Secretarias de Educação da União, Estados e Municípios deveriam se envolver no processo de ensino neste momento visando tão somente destacar o lugar da família inserida ativamente na comunidade escolar.

2.3. O ensino remoto: desafios e possibilidades para o ensino de Geografia

Inicialmente, cabe discorrer sobre o Ensino à Distância (EAD), o Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas antes de chegarmos ao Ensino Remoto, alcançando assim uma melhor compreensão das dificuldades atuais que enfrentam os professores e as escolas nas aulas remotas, dificuldades estas que atingem, principalmente, o corpo técnico para a implantação desse ensino não convencional aplicado para um público vulnerável a explorações midiáticas, uma vez que é formado por crianças, adolescentes e jovens adultos que, naturalmente, não possuem um grau de responsabilidade compatível com a necessidade de dedicação ao seu próprio preparo intelectual.

Essa preocupante realidade remota torna urgente o envolvimento das famílias no sistema educacional público, para que venham socorrer a essa multidão de crianças e adolescentes, literalmente hipnotizada por jogos digitais e bombardeamentos de memes, dancinhas ou vídeos, que exploram a vida cotidiana de pessoas comuns, “atrações” estas que em nada contribuem para a construção do pensamento dos alunos e, muito menos, para a construção do conhecimento. Fica evidente o desafio às famílias em compartilhar o esforço

com a escola na formação dos seus filhos, que talvez não estejam utilizando corretamente o tempo de estudo em suas casas e sem a dedicação necessária. Sobre a EAD o site Catho propõe uma melhor abordagem:

A EAD ainda no século XX, foi aparecendo aos poucos no Brasil e começou a ganhar força e visibilidade. A instituição mais antiga a oferecer cursos a distância foi o Instituto Monitor, em 1939. Em 1946, o Instituto Universal Brasileiro passou a funcionar e ambos tinham como metodologia a iniciação profissional em áreas técnicas por correspondência. O Senac, em parceria com o SESC e algumas emissoras de rádio associadas, criou, em 1947, a Universidade do Ar, que oferecia cursos comerciais via rádio. Os programas eram gravados em discos de vinil e repassados para as emissoras, que programavam as aulas três vezes por semana. Trinta anos mais tarde, em 1976, o Sistema Nacional de Teleducação foi criado e nada mais era que um programa de ensino por correspondência, rádio e TV. Em 12 anos de existência, mais de 1 milhão de pessoas se matricularam nos mais de 40 cursos oferecidos pelo sistema. Nessa mesma época, algumas fundações privadas e ONGs começaram a oferecer cursos de supletivo a distância – os chamados telecursos –, fazendo com que o Brasil se tornasse líder nessa modalidade de ensino. Quando a informatização chegou ao País, em 1988 e 1991, o sistema de Teleducação foi reestruturado e, em 1995, o Departamento de Educação criou o Centro Nacional de Educação a Distância (CEAD) – um setor exclusivo para o Ensino a Distância (EAD).

Em outro artigo, esse mesmo site continua afirmando que a EAD é uma modalidade de ensino em que os professores e alunos não precisam estar fisicamente no mesmo ambiente e no mesmo tempo para que ocorra a aprendizagem, ou seja, invés de todos se encontrarem em uma sala de aula, com dia e hora marcados, cada um estuda em um horário diferente e onde quiser (em casa, na biblioteca, no trabalho, etc.). No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), com atualização no Decreto 9.057/2017. O site Sae Digital explica que:

O ensino a distância ou simplesmente EAD possui uma estrutura política e didática-pedagógica completa, procurando englobar de maneira flexível toda uma gama de conteúdos e atividades para cada disciplina, de acordo com objetivos e características dos conhecimentos e das habilidades gerais, específicas e socioemocionais orientadas pelos órgãos diretivos da Educação no país como é o caso da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Por sua vez o site Mundo Vestibular complementa:

Atualmente é através da internet que os alunos podem se comunicar com professores e colegas de turma, acessar o conteúdo do curso, assistir às aulas, tirar dúvidas e até fazer avaliações. Por isso, um dos requisitos para se matricular em um curso EAD é ter acesso a um computador conectado à internet e saber o básico de informática (enviar e-mails, acessar sites, assistir vídeos, etc.)

Passado essa abordagem do EAD, vamos agora abordar mais um modelo de ensino, também bastante utilizado na atualidade, que é o Ensino Híbrido, que trata-se de um modelo

educacional que considera para base de aplicação as diferentes formas de aprender de cada aluno, o que requer diferentes formas de ensinar por parte dos professores onde, com o auxílio da tecnologia digital, permite que o ensino seja aplicado além das paredes das salas de aulas, assim como é na EAD e é definido Bacich (2016), como a “integração do ensino presencial com o ensino online de forma personalizada”.

O Ensino Híbrido trata-se de uma proposta pedagógica disruptiva, conforme Cavalcante e Batista Jr (2017, p. 2).

Essa proposta híbrida de ensino começou a ser regulamentada no Brasil a partir da Portaria do Ministério da Educação (MEC) de nº 2.253/2001 que, posteriormente foi revogada pela Portaria 4.059/2004, e que, recentemente, foi atualizada pela Portaria 1.134/2016. Todas essas portarias são conhecidas por “Portarias dos 20%”, pois sugerem a utilização de até 20% da carga horária total dos cursos de graduação presenciais, na modalidade de ensino à distância.

Essas Portarias foram alteradas no apagar das luzes de 2018, quando o Ministro da Educação editou a Portaria 1.134/2016 ampliando para 20% a carga horária a distância de cursos presenciais de graduação:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

No ensino básico, esse modelo de aplicação híbrida teve origem nos EUA, inspirado no ensino EAD de nível superior, porém com adaptações na metodologia, desde a arrumação das salas de aulas onde é substituído o modelo tradicional de posição das carteiras, uma atrás da outra, que se organizam em estações rotacionais, além da utilização dos laboratórios de informática, chamados de laboratórios rotacionais e a sala de aula invertida, onde os alunos pesquisam tarefas em casa ou nos momentos de lazer e trazem para ser debatidas nas salas de aulas com o auxílio do professor. Moran (2015, p. 29) explica sobre a educação híbrida, a educação gerada de diversificadas interações:

A educação no sentido mais amplo é aprender – e auxiliar os outros a fazê-lo, por meio de comunicação e compartilhamento – a construir histórias de vida que façam sentido, que nos ajudem a compreender melhor o mundo, aos demais e a nós mesmos; que nos estimulem a evoluir, a fazer escolhas, nos libertem das nossas

dependências e nos tornem mais produtivos e realizados em todos os campos, como pessoas e cidadãos

Nessa citação, o termo compartilhamento, refere-se não só a interação de alunos, mas de todos envolvidos no processo educacional. Tornar-se produtivo e libertar-se de dependências para alcançar a satisfatória realização como pessoas e cidadãos é uma sólida proposta dessa interação de debates e ideias. Dito isto, podemos concluir que no cenário atual existe as melhores condições e possibilidades para educadores, alunos, famílias e a sociedade como um todo interagir, compartilhar e inovar a forma de “fazer” a educação de uma maneira diversificada, híbrida, uma vez que os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) viabilizam e facilitam esse compartilhamento.

Agora falando sobre metodologias ativas, Mota e Rosa (2018, p. 261) explicam que:

Surgiram na década de 1980 como alternativa a uma tradição de aprendizagem passiva, onde a apresentação oral dos conteúdos, por parte do professor, se constituía como única estratégia didática. Contrariamente ao ensino tradicional, as metodologias ativas procuram um ambiente de aprendizagem onde o aluno é estimulado a assumir uma postura ativa e responsável em seu processo de aprender

Como o próprio nome diz, nesse modelo de ensino o aluno estará participando ativamente, de maneira autônoma, do processo de aprendizagem, assumindo o papel de protagonista, com a mediação do professor. Nesse método, o professor procura desenvolver nos alunos a capacidade de absorver conteúdos de maneira autônoma e participativa, lendo, escrevendo, observando, ouvindo, discutindo, praticando e ensinando. Alguns exemplos desse modelo de ensino são a Aprendizagem Baseada em Problemas, a Instrução pelos Pares, a Aula Invertida, a Aprendizagem Baseada em Projetos, a Gameficação, dentre outras.

Sobre essa modalidade de ensino, Moran (2018) declarou no site Desafios da Educação:

Há professores mais jovens e empreendedores que já fizeram experiências. Eles são um pouco mais criativos ou atentos e estão prontos para dar saltos maiores, mas representam a minoria. Os outros precisam de um apoio maior de formação, direcionamento e tutoria para que se sintam seguros.

Desta colocação, podemos aprender que os professores precisam ficar alertas desde cedo sobre a atualização das suas capacidades intelectuais, pois como o autor relata, apenas a minoria dos jovens professores estão preparados para saltos maiores no empreendimento da licenciatura, o que nos deduz concluir que professores de maior idade não buscam o autoaperfeiçoamento técnico-profissional. Moran ainda complementa que essa defasagem

“em uma sociedade em mudança..., com profissionais em estágios desiguais de evolução cognitiva, emocional e moral, tudo é mais complexo e difícil.

As desigualdades de evolução cognitiva devem ser minimizadas entre os indivíduos de um mesmo grupo social e profissional, especificamente nos grupos de docentes essas diferenças, quando demasiadas, podem realmente causar perdas na qualidade dos trabalhos, o que resulta em falhas e distorções na formação dos futuros cidadãos. Portanto, o aperfeiçoamento técnico-profissional não deve existir apenas nos grupos mais jovens de professores.

Por fim, chegamos no Ensino Remoto, a modalidade de ensino que hoje ocupa os planejamentos e aplicações das aulas para todos os níveis da educação nacional. Diferentemente do EaD, o Ensino Remoto preconiza a transmissão em tempo real das aulas, “a ideia é que professores e alunos, de uma turma, tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial” conforme explica artigo publicado no site SAE Digital. Grosso modo, isso significa manter a rotina da sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um, estando em diferentes localidades. Em um artigo publicado no site Sae Digital fica esclarecido que:

A instituição de ensino pode, por exemplo, criar turmas específicas com atividades remotas, desde que seja respeitado todo o planejamento de conteúdo e carga horária contratado. Adaptações podem e devem ser feitas para adequar a forma de apresentação das disciplinas, mas de maneira geral é seguido o que foi pensado para o ensino presencial. A partir dessas premissas, a demanda tecnológica das aulas remotas é menor, sendo possível adotar aplicativos e serviços abertos e genéricos de comunicação e interação, como Zoom, Skype e Google Hangout – embora existam soluções específicas de salas de aulas virtuais, como é o caso do Google Classroom, que, além das transmissões ao vivo, permite a disponibilização de gravações e atividades complementares. Assim, o ensino remoto surge como uma interessante saída para momentos emergenciais como o que vivemos nos dias de hoje, pois viabiliza a continuidade das atividades pedagógicas pela internet, para amenizar os impactos na aprendizagem das crianças e jovens enquanto precisam ficar afastados da escola. Vale salientar ainda que, devido a essa estrutura focada em replicar algo planejado para outro ambiente, alguns especialistas em Educação não consideram as aulas remotas como uma modalidade de ensino.

Em nível de universidades e escolas federais foi publicada a Portaria MEC 544, de 17 de junho de 2020 e para atender a rede de ensino básico pública e privada foi publicada, também pelo governo federal a Medida Provisória 14.040 no mês de agosto deste mesmo ano, que se transformou em Lei no dia 6 de outubro de 2020, dando permissão para que haja aulas remotas em substituição às aulas presenciais até o final do ano de 2021. Além dessas normas, várias outras, a nível federal, estadual e municipal, se seguiram lançando

regulamentação de procedimentos para o ensino básico e para a Educação de Jovens e Adultos.

Como tudo que acontece na vida traz consequências, assim vivemos nesse quadro pandêmico com oportunidades de fazer uma verdadeira revolução na maneira de ensinar e, principalmente, estreitar os laços das famílias com a escola, aproveitando e construindo oportunidades que devem correr à margem de interesses diversos, que não sejam enriquecedores para o engrandecimento da educação.

Mesmo a Geografia estando tão presente nos noticiários televisivos e nas redes sociais nesse momento, certamente quase nenhum ou mesmo nenhum professor despertou o interesse geográfico em debater com os alunos sobre os dados nos mapas e gráficos apresentados pelos governos na luta contra o vírus. Faz-se necessário a observação voltada com esse intuito de aprender, daí surge a exploração escolar daquele tema.

A exposição midiática da Geografia nos dias atuais está explicada por Oliveira (2020) no artigo “Assim nasce a Geografia na Pandemia”, no site da Universidade Federal de Juiz de Fora que, de modo direto, aponta algumas oportunidades para a aplicação do ensino da Geografia nesse momento de aulas remotas:

Aqui no Brasil, a Geografia vem multiplicando sua produção conforme a crise da Covid-19 se intensifica, trazendo diariamente novos elementos para subsidiar as análises. Além das ações encabeçadas pelas universidades e as demandas de sua competência (preocupação com ensino, pesquisa e extensão), o fazer geográfico pode ser observado na intensa e necessária produção e divulgação de mapas de diferentes escalas e recortes, buscando demonstrar a dinâmica do movimento pandêmico sob diversos eixos temáticos e em torno das especificidades regionais e locais do país. São iniciativas individuais e coletivas, institucionalizadas ou não, que podem ser apreciadas diariamente nas mídias sociais e espaços de divulgação científica. Como disse Sauer lá na década de 50, estamos de mãos vazias sem eles (os mapas). Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG's), responsáveis por organizar, apresentar e analisar dados espaciais e geográficos, são hoje essenciais para a compreensão e combate à epidemia. Todos, cientistas ou não, estão olhando atentamente as representações e buscando extrair significados para justificar ações e preocupações no âmbito global e do cotidiano. Para os que trabalham diretamente com SIG's, esta é uma oportunidade ímpar de demonstrar seu potencial e prestar um serviço de grande utilidade pública para a sociedade. No entanto, com a popularização das ferramentas e metodologias de mapeamento, faz-se pertinente a crítica, e a crítica da crítica dos dados, no tocante aos procedimentos de coleta e bases consultadas, bem como em relação às metodologias empregadas. Ciência não é neutra, ok? Sob o viés da Geografia Urbana e toda sua diversidade temática, problemáticas como saneamento básico, periferização e desigualdade socioespacial, redes de produção, circulação e comercialização de mercadorias, intensidade e dinâmica de circulação de pessoas, mobilidade, relações de trabalho & *delivery*, densidade demográfica e o vírus nos centros metropolitanos, populações vulneráveis, condição dos moradores de rua, refugiados e imigrantes, são apenas alguns dos temas a serem tratados pela Geografia. Muitos destes trabalhos devem e servirão de suporte para formulação e aplicação de políticas

públicas em tempos de Covid-19 e no pós-pandemia, ainda que na política e economia estejamos sobrevivendo em meio ao caos.

Observa-se nessa citação a imensa riqueza de informações trazidas na ciência geográfica com o uso preciso de dados e apresentações de mapas. É uma excelente oportunidade de trazer o foco dos alunos para as informações científicas e convencê-los gradativamente a dar atenção ao ensino remoto com esses recursos televisivos. O ensino remoto expõe essa oportunidade e essa possibilidade de mudanças ou, num melhor entendimento, o ensino remoto exige diferentes formas de fazer a educação.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho faz uso da abordagem qualitativa e do método dialético, que analisa a contradição entre a realidade encontrada e a que se desejaria no ensino de Geografia, objeto de avaliação no Estágio Supervisionado em Geografia, UEPB.

A metodologia embasou-se na observação das aulas remotas durante os estágios realizados nos últimos três semestres do curso de Licenciatura em Geografia (2020.1, 2020.2 e 2021.1) onde, com esforço, mesmo que de forma deficiente, pude assimilar o aprendizado na arte de ser professor, uma vez que o cenário de aulas está completamente invertido, sendo os alunos virtuais e estando o ambiente escolar vazio, talvez real ou transferido para o ambiente familiar. O professor tem, de certa forma, a carga de responsabilidade limitada e tem na família um extensor para buscar os subsídios necessários ao alcance dos objetivos educacionais.

Além da observação remota de turmas do ensino médio do EJA, a construção deste trabalho é fruto de levantamentos adquiridos mediante a aplicação de aulas remotas, principalmente, nas turmas do ensino fundamental II (7ª série), sob a supervisão do professor regente titular, na Escola Estadual de Ensino Médio Doutor Otávio Novais, na cidade de João Pessoa/PB, no período de 5 de abril à 15 de junho de 2021.

As aulas do período letivo foram totalmente remotas, cabendo esclarecer que a escola não distribuiu material impresso para os alunos e para estabelecer contato com estes foram utilizadas mensagens instantâneas, com uso dos aplicativos WhatsApp, Telegram e das plataformas Google Meet, Google Forms e Google Classroom. As atividades foram anexadas no Google Classroom, que é um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que procuram simplificar a criação, distribuição e avaliação de trabalhos.

A dramática realidade do aumento da evasão escolar foi observada nesse período, em que as aulas são realizadas apenas uma vez por semana durante 30 minutos, nas segundas, quartas e sextas-feiras, onde na prática todas as turmas da manhã, tarde e noite não assistem aulas nos seus respectivos turnos dando preferência apenas ao horário da manhã, uma vez que o conteúdo é o mesmo, então do total de 226 alunos observados, todos frequentando as aulas no modo remoto, apenas 45 (20%) ou 40 (18%) deles acessam o ambiente virtual e em alguns dias esse número é menor ainda chegando a 15 alunos (6,5%) assistindo aula no Google Meet.

Essa evasão foge do controle do professor e da escola, uma vez inexistente o ambiente escolar e o contato físico com o aluno, sendo que muitos destes alunos não ligam as suas

câmeras no momento das aulas, ou seja, o número de alunos na sala de aula virtual é uma simples suposição. O controle dessa “lista de presença” fica exclusivamente a disposição da família, dos pais ou responsáveis.

4. O ESTÁGIO DE REGÊNCIA EM GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização do espaço escolar

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Doutor Otávio Novais foi fundada em 11 de maio de 1968, pelo Ato nº 4.500, o nome da escola é homenagem ao ilustre advogado Dr. Otávio Novais, que prestou relevantes serviços junto à comunidade de Oitizeiro, popularmente conhecido como Bairro dos Novais e localiza-se na Avenida Desembargador Santos Estanislau, nº 1.255, no Bairro dos Novais, na zona Oeste da cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

Figura 1: Fachada da EEEFM Dr. Otávio Novais



Fonte: Foto registrada pelo autor, 2021

O bairro Dos Novais apresenta alguns estabelecimentos comerciais de pequeno porte como Supermercados, Farmácias, Panificadoras, Lanchonetes, entre outros. Também conta com a existência de cinco Postos de Saúde da Família (PSF) para atender às necessidades da comunidade, que tem as moradias residenciais, em grande maioria, construídas em alvenaria.

A escola possui uma boa infraestrutura física, o prédio é próprio, doado na época pelo Dr. Otávio Novais, dispõe de sete salas de aulas, diretoria, secretaria, sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, dispensa, depósito, almoxarifado, arquivo, ginásio de esportes com cobertura, pátio para recreação, canteiros para jardins, cozinha, seis banheiros para os alunos, sendo nove assentos sanitários para meninas, incluindo dois assentos para Portador de Necessidades Especiais (PNE) e sete assentos sanitários para meninos, contendo dois assentos para PNE, além de dois WC para os funcionários (masculino e feminino).

Atualmente a escola possui 880 alunos, 31 professores, um diretor, um vice-diretor, um secretário e três funcionários lotados nessa unidade de ensino, sendo estes vinculados a Secretária Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT), além da parceria com a Organização Social – ECOS, que presta serviço a escola. Sabemos que o Ensino Fundamental possui uma duração de nove anos, se cumpridos adequadamente e tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; e o fortalecimento dos vínculos com a família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Respeitando a faixa etária dos alunos e, por consequência, o nível de maturidade e compreensão de mundo, a escola segue as recomendações das diretrizes operacionais do Estado em ofertar apenas a modalidade do Ensino Fundamental anos Finais, para atender alunos do 6º ao 9º ano, período marcado pela diversidade e especialidade dos conteúdos com uso de estratégias pedagógicas que facilitam o processo de aprendizagem.

A Escola é composta por crianças e adolescentes entre a faixa etária de 11 a 17 anos, que estudam o ensino fundamental II (6ª ao 9ºano) e o ensino médio (1ª a 3ª série) integrando o ensino regular, além da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no ensino médio presencial (ciclo V e VI), que abrange a faixa etária a partir de 18 anos, todos esses níveis pertencentes à rede estadual de educação, cujo funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno. Conta a escola com o Conselho Escolar, formado através das exigências legais e que movimenta toda parte financeira da Escola que desenvolve atividades pedagógicas e sociais através dos programas: Se Liga, PDE e PDDE.

No turno matutino é ofertada uma turma do 9º Ano do Ensino Fundamental II, duas turmas de cada série do Ensino Médio regular: 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série. No turno vespertino é ofertada uma turma de cada ano pertencente ao Ensino Fundamental II: 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano, além de uma turma de cada série do Ensino Médio regular: 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série. No período noturno é ofertada a modalidade EJA, com quatro turmas do Ciclo V e duas turmas do Ciclo VI, além de uma turma da 2ª série do Ensino Médio regular.

4.2. Atividades de regência

Torna-se necessário contextualizar o momento e os recursos utilizados no presente estágio e a primeira dessas situações é o fato de que foram paralisadas as atividades humanas não relacionadas ao abastecimento vital de subsistência, ao saneamento e as comunicações

como uma forma de enfrentamento ao vírus. As atividades escolares são as que mais longo tempo estão sem funcionar normalmente. As perdas para o ensino já são enormes, conforme estudo realizado pelo UNICEF, e os prejuízos poderão ser incalculáveis para as futuras gerações que, há mais de um ano, não frequentam as escolas. Fica a observação de que esses os meios e os recursos tecnológicos disponíveis talvez estejam sendo utilizados de uma forma que nunca o foram, não apenas em socorro da educação, mas em todas as áreas das atividades humanas.

Desde o mês de janeiro do ano de 2020, testemunhamos o ataque do Corona Vírus nº 19, nomeado de Covid-19, por pertencer a uma classe de vírus já existente e que deixara rastros de mortes ainda na década passada, a exemplo do H1N1. No caso do nº 19 a letalidade é baixa, mas o seu poder de transmissão é altíssimo, daí a justificativa dos governos para a paralisação das atividades e as exigências do distanciamento entre as pessoas.

Quis o acaso fazer coexistir a moderna tecnologia do mundo interligado com essa praga antiga e uma das formas de combatê-la é o isolamento social e a forma segura de superar esse distanciamento foi a realização de aulas remotas. Essa situação favorece a pulverização da prática educacional à distância ou aulas remotas, visando a segurança sanitária da sociedade como um todo. Em outras palavras, a educação pública está efetivamente sendo submetida a práticas de verdadeiros experimentos numa modalidade de educação nunca aplicada nas séries iniciais.

O ensino remoto impediu a perda total de contato dos alunos com as aulas, embora com o aumento da evasão escolar e, de certa forma, vem evitando a paralisação do ano letivo do enorme efetivo matriculado nas escolas da rede pública e privada de todo o país. A questão que restará no futuro é quanto de prejuízo essas medidas terão causado a educação, uma vez que um grande número de alunos não possuem equipamentos e também não estão conectados com a internet. Este é o atual campo de estágio, caracterizado pelo distanciamento entre professores e alunos e entre os próprios alunos.

Concluída essa contextualização de estado das coisas, passo a relatar que as atividades de regência com as aulas remotas que iniciaram no dia 5 de abril de 2021 e se estenderam até o dia 15 de junho de 2021, seguindo o cronograma das aulas do professor regente, abordando os seguintes conteúdos programáticos:

A turma trabalhada no estágio foi o 7º ano do ensino fundamental II- modalidade EJA, turno noturno, turma com 30 alunos, sendo 10 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, com idades entre 18 a 25 anos. As aulas foram aplicadas nas quartas-feiras, com duração de 30 minutos apenas, através da plataforma Google Meet, sendo 10 minutos destinados para o estagiário.

Data	Conteúdos/Atividades	Plataforma s	BNCC
07/04/21	Reconhecer a biodiversidade do território brasileiro	Google Meet	EF07GE12
14/04/21	Atividade elaborada sobre o conteúdo anterior	Google Classroom	EF07GE12
21/04/21	Conhecer o bioma caatinga e sua distribuição no território brasileiro e compreender seu processo de formação	Google Meet	EF07GE11
28/04/21	Atividade elaborada sobre o conteúdo anterior	Google Classroom	EF07GE11
05/05/21	Diferenciar, por meio da análise de mapas, estruturas socioeconômicas de cada região do país	Google Meet	EF07GE10
12/05/21	Atividade elaborada sobre o conteúdo anterior	Google Classroom	EF07GE10
19/05/21	Compreender o choque entre os interesses na Amazônia	Google Meet	EF07GE11
26/05/21	Atividade elaborada sobre o conteúdo anterior	Google Classroom	EF07GE11
02/06/21	As desigualdades socioeconômicas e movimentos migratórios.	Google Meet	EM13CHS206
09/06/21	Atividade elaborada sobre o conteúdo anterior	Google Classroom	EM13CHS206

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos registros das experiências de estágio em 2021.

Conforme descrito no item 3. Metodologia, o feedback dos alunos é muito pouco, a evasão foge do controle do professor face a inexistência do ambiente escolar e o contato físico com o aluno, muitos não ligam as suas câmeras no momento das aulas, o controle da “lista de presença” fica à disposição da família, dos pais ou responsáveis, então do universo de 20% ou 18% dos que acessam o ambiente virtual no google meet, pouco mais da metade é que retorna a realização das tarefas ou tiram dúvidas. A impressão mais importante quanto professor é a necessidade de verificar um meio ou uma forma para envolver mais alunos nas realizações das tarefas e participação nas aulas.

5 – CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES GERAIS

Embora o presente estágio tenha sido realizado de maneira atípica, trouxe excelentes contribuições que enriqueceram o conhecimento do estagiário quanto ao ambiente e a comunidade escolar, além de possibilitar a observação de uma oportunidade singular para uma possível e viável modernização e incrementações de melhorias no ensino público. O estágio contribuiu de forma positiva como complemento de formação por representar um vasto campo para pesquisas e detecção de viáveis melhorias para a educação pública, conforme descreve este texto. Nesta oportunidade, dentre outras observações, foi relevante constatar a necessidade do envolvimento das famílias na educação dos filhos, porque esse momento é propício e único a esta iniciativa.

O vírus adentrou nas sociedades de todo o planeta numa nova revolução, uma revolução que deve ocorrer, principalmente, na esfera íntima de cada pessoa na coerente busca do processo gradativo de crescimento pessoal e profissional. Todos devemos socorrer aos que precisam de nossa ajuda e todos devemos buscar, de novas maneiras, os suportes para galgar o particular sucesso.

Mesmo nos reinventando, houve perdas consideráveis, no tocante a vivência no ambiente escolar inexistente e, também, na interação direta entre o estagiário, alunos e professores. A situação está sendo uma novidade imprevista e uma oportunidade de experimentos em todo o sistema educacional. Quanto as habilidades que deixam de ser praticadas e observadas, a perda maior é no tocante a desenvoltura e domínio do assunto que seria ministrado em sala de aula.

É mister ressaltar que também foi observada a necessidade do estagiário zelar pelo preparo intelectual, pela independência e corretas decisões já que assume a posição de debatedor e conduzidor de grupos que são formados por variados níveis de pensamentos. A aplicação de aulas remotamente traz o conforto de estar em casa, mas, por outro lado, requer esse cuidado de não se descuidar do preparo intelectual. O estagiário não pode se acomodar jamais, uma vez que essa crise sanitária poderá passar e os portões das escolas esperam receber muito do futuro professor.

É necessário um bom nível empenho, interesse e, principalmente, aqueles que ainda não dominam o conhecimento de informática ou não tem habilidade com a tecnologia, que o façam em prol do magistério. O alerta que se desnuda é que não podemos abandonar os alunos em nenhuma hipótese. A comunidade escolar vive um momento de desafio que requer a criatividade e a vontade de superar essas dificuldades para manter o sistema educacional em funcionamento, mesmo que de forma lenta para amenizar as enormes perdas na formação dos alunos.

O alerta principal é a obviedade de adaptações e mudanças de atitudes a essa nova revolução. Neste momento de grandes dificuldades para o ensino talvez possamos, enquanto integrantes da comunidade escolar, fazer com que os alunos e nós mesmos utilizemos de uma forma mais produtiva nossos smartphones e computadores.

De um outro ângulo observa-se a urgente necessidade, nesse momento, de motivar as famílias a se engajar na educação dos seus filhos, uma vez que os jovens e adolescentes não possuem um grau de responsabilidade compatível com a necessidade de dedicação ao seu próprio preparo intelectual. É sabido que o bom cidadão começa a ser formado em casa pela educação básica de respeito a pessoas e coisas, das corretas atitudes, dos hábitos lícitos e das boas virtudes. Todos esses valores surgem na educação de casa, gerados no seio familiar, a família tem o poder e o controle para zelar pelo futuro dos seus.

Também é imprescindível que o poder público possa pautar e agir temas relacionados aos pais como impulsionadores, motivadores, encorajadores de seus filhos, que devem voltar a atenção aos livros e tarefas escolares no conforto de suas casas. Nesse arcabouço de responsabilidades, a participação das autoridades políticas é fundamental e devem ser questionadas sobre a ausência de iniciativas públicas para apoiar as escolas e as famílias diante dessa nova e dramática realidade do ensino público. O poder público deve ajudar as famílias a socorrer a essa multidão de crianças, adolescentes e jovens adultos, viciadas nas redes sociais literalmente hipnotizadas por jogos digitais e bombardeamentos de memes.

Faltam políticas públicas para programas educacionais, que alcancem as famílias mais humildes, de forma que elas procurem aproximação das escolas, estreitem seus laços com os professores e que as escolas tragam as famílias para si. Estudos sobre essa situação já foram feitos e publicados. O vínculo afetivo entre escola e família é fundamental nesse momento. Existem muitos modos para o poder público trabalhar esse objetivo, desde a contratação de pessoal para as coordenações pedagógicas, reuniões mensais com os pais e responsáveis, até

com os líderes comunitários ou junto com vereadores para conhecer de perto a realidade educacional das famílias menos favorecidas.

Como conclusão é possível afirmar que apenas com o envolvimento afetivo entre família e escola os resultados escolares, a qualidade de trabalho dos professores, o contentamento e a confiança das famílias com a escola subirão a um nível mais alto de qualidade, enquanto os casos de indisciplinas e evasão escolares cairão, quando essa mudança no processo educacional for impulsionada pela classe política e certamente podemos sugerir imediatas ações ao poder público, tais como:

1. Instalar mais pontos de internet rápida nas praças públicas da capital;
2. Levar sinal de internet para a zona rural e para os municípios menores;
3. Distribuir aparelhos Smartphones equipados com chips e pacotes de dados de operadoras telefônicas aos alunos de baixa renda;
4. Implementar campanhas publicitárias, nas redes sociais, de conscientização das famílias;
5. Contratar profissionais especializados para as coordenações das escolas voltados ao trabalho com o relacionamento afetivo família – escola;
6. Capacitar o pessoal já existente para esse mesmo fim;
7. Disponibilizar canal governamental digital exclusivamente de livros e vídeos didáticos;
8. Agrupar os recursos digitais já existentes em um único canal governamental;
9. Realizar convênios com os educadores que já possuem excelentes conteúdos didáticos disponíveis nas redes sociais para que seus vídeos estejam disponíveis também no canal governamental;
10. Personalizar e padronizar e as salas de aulas digitais;
12. Voltar todo esforço para atrair os jovens a leitura e para a conscientização das famílias ao apoio necessário para esse fim.

Todas essas medidas registrariam a presença do poder público no esforço conjunto com as escolas, na busca de uma melhor educação pública e, desta forma, fazendo-se cumprir o “... dever do Estado e da família...” conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205.

Contudo jamais poderemos deixar de considerar as dificuldades peculiares que cada família pobre enfrenta pela própria sobrevivência face a severa escassez de recursos financeiros, alimentação, bem estar, moradia, saúde e inclusão digital, entre outros, que atinge um elevado numero de famílias por todos os rincões do nosso país, sendo este fato um elemento de dificuldades para que cem por cento dessas famílias atinjam essa situação que seria ideal no envolvimento educacional de seus filhos.

Referências

AULAS Remotas em Tempos de Pandemia: Análise da Importância das Aulas Remotas em Tempos de Pandemia de Covid-19. **Meu Artigo**, 2020. Disponível em: <https://meu.artigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/aulas-remotas-em-tempos-de-pandemia.htm>. Acesso em: 10 out. 2020

BACICH, Lilian. **Integração de Ensino Presencial e Online Para Personalizar Educação**, Maio de 2016, em debate na câmara dos deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/487049-especialista-defende-integracao-de-ensino-presencial-e-online-para-personalizar-educacao/>. Acesso em: 4 out. 2020

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 11 dez. 2020

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em: 14 dez. 2020

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020

BRASIL. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, de 15 de março de 2021**, em acordo com a Portaria nº 28, de 03 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/planonacional-de-vacinacao-covid-19-de-2021>. Acesso em: 11 abr. 2021

CAVALCANTE, Patrícia Smith e BATISTA Jr, Roberto Oiveira. **Ensino Híbrido: Um Estudo Sobre as Resoluções de Universidades Públicas**. Universidade Federal de Pernambuco, maio 2017. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/166.pdf>. Acesso em: 5 nov 2020

COMO Surgiram os Cursos de Ensino a Distância no Brasil e no Mundo. **Catho**, 2020. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/cursos/como-surgiram-os-cursos-de-ensino-a-distancia-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 10 nov. 2020;

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini e SILVA, João Carlos da. **Escola Pública: Fracasso Escolar Numa Perspectiva Histórica**. Artigo apresentado no Simpósio de Educação – XIX Semana de Educação – A formação de Professores no Contexto da Pedagogia Histórico-Crítica: 35 anos do Curso de Pedagogia promovido pelo departamento de Pedagogia, de 26 a 28 de novembro de 2007, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:yIGmOntRSQAJ:www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=ubuntu>. Acesso em: 10 nov. 2020;

GIORGION, Mariana de Campos Pereira. **O contexto do não texto. Campos relacionais de Pais e Escola**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação, área de Linguagem e Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). 2011.

_____. **A Importância da Relação Entre os Pais e a Escola**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3yRDO5dEQb4>. Acesso em: 6 jan. 2021

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Dos PCNs a BNCC: O Ensino de Geografia Sob o Domínio Neoliberal**. Revista Geo UERJ, n. 30, p. 419-439. Rio de Janeiro, 2017

HAMZE, Amélia. **Abordagem da Teoria à Prática**. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/abordagem-da-teoria-a-pratica.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

MATOS, Bráulio. **As Ciências Humanas na Base Nacional Comum Curricular**. Palestra proferida na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em 31 de maio de 2016. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/as-ciencias-humanas-na-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MORAN, José. **Educação Híbrida: um conceito chave para a educação, hoje**. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

_____. **Metodologias ativas requerem engajamento.** Disponível em <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/metodologias-ativas-carecem-engajamento-institucional/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MOTA, Ana Rita e ROSA, Cleci Teresinha Werner da. **Ensaio Sobre Metodologias Ativas: Reflexões e Propostas.** Revista Espaço Pedagógico, Volume 25, nº 2, Maio/Agosto 2018. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8161>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MUSTAFÉ, Diego Nascimento. **O Ensino de Geografia na BNCC do Ensino Fundamental (anos Iniciais E Anos Finais): A Escala Geográfica e o Conceito de Lugar Com Vistas à Formação Cidadã do Aluno.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Devides. **Assim Nasce a Geografia da Pandemia.** In: PRIVITERA, Ariane Dantas; FREITAS, Jaqueline Bastos. (Orgs). Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2020/05/31/assim-nasce-a-geografia-da-pandemia>. Acesso em: 8 nov. 2020

O QUE é EAD. **Catho**, 2020. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-que-e-ead/>. Acesso em: 10 nov. 2020

O QUE Educação à Distância (EAD). **Mundo Vestibular**, 2020. Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/articles/4958/1/o-que-e-educacao-a-distancia-ead/>. Acesso em: 20 out. 2020.

O QUE São Aulas Remotas. **SAE**, 2020. Disponível em: <https://sae.digital/aulas-remotas/>. Acesso em: 4 out. 2020.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. **A BNCC Para o Ensino de Geografia: A Proposta das Ciências Humanas e da Interdisciplinaridade.** Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.1, p. 48-68, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB . Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Jacilene Gomes; MELO, Josandra Araújo Barreto de. Estágio supervisionado em geografia e atividades lúdicas como proposta para dinamização das aulas. **Revista de Geografia**, 2014.

UEPB, Pró-Reitoria de Graduação. **Estágio Supervisionado.** Disponível em proreitorias.uepb.edu.br/prograd/estagio. Acesso em: 9 jul. 2020.

WEIBLEN, Bruno. **Com EAD em 40% da Carga Horária, Ensino Híbrido Ganha Espaço.** Disponível em <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/40-ead-ensino-hibrido/>. Acesso em: 11 dez. 2020

O QUE São Aulas Remotas. **SAE Digital**, 2020. Disponível em: <https://sae.digital/aulas-remotas/>. Acesso em: 4 out. 2020

CULTURA DO fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro. **UNICEF**, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em: 10 fev. 2021